

O Castelo de Amieira do Tejo

Enquadramento histórico e razões de uma intervenção

Margarida Donas Botto

Técnica superior da Direcção Regional de Évora, IPPAR
mbotto@ippar.pt



1. Castelo de Amieira do Tejo
IPPAR/Manuel Ribeiro

Introdução

Hoje enclavado entre uma vila depauperada pelo envelhecimento da população e pela decadência das actividades agrícolas e o curso do Tejo que, em grande parte, determinou a sua existência, o Castelo de Amieira do Tejo foi outrora um relevante reduto militar e a povoação de Amieira um núcleo urbano de considerável importância. Fundado ainda no reinado de D. Afonso IV, por iniciativa do monge-guerreiro e prior da Ordem do Hospital Álvaro Gonçalves Pereira, constitui um caso ímpar no panorama da arquitectura militar portuguesa pela exemplaridade e regularidade do seu traçado, herdeiro dos mais avançados conceitos das fortificações mediterrânicas (Fig. 1).

Para além da sua história naturalmente atribulada – embora a sua função defensiva se tenha de alguma

forma esgotado ao final de dois séculos de existência – também a sua configuração física sofreu algumas alterações e acrescentos, ainda que mantendo os traços essenciais da sua identidade arquitectónica, por de mais expressiva para que novas tendências ou diferentes funcionalidades a pudessem alterar significativamente.

O presente artigo visa assim caracterizar – ainda que de forma necessariamente sumária – a sua evolução histórica e construtiva e a intervenção actualmente em curso, resultante da candidatura ao Programa Operacional da Região do Alentejo (PORA) e integrada no Programa de Valorização dos Castelos do Alentejo.

A fundação do castelo; as marcas do tempo

A construção do Castelo de Amieira do Tejo está indissoluvelmente ligada à história da Ordem do Hospital em



2. A barca de Amieira
IPPAR/Manuel Ribeiro

Portugal e à célebre doação de 1194, por D. Sancho I, da Herdade de Guidimtesta, que abrangia um vasto território, cujos limites compreendiam, *grosso modo*, as povoações de Sertã, Pedrógão Pequeno e Oleiros, a norte do Tejo e, a sul, as de Gavião, Tolosa e o sítio de Amieira¹. Apesar da vocação primordialmente assistencial desta Ordem, contrariamente à propensão marcadamente militar dos templários, a deslocação dos hospitalários para sul e a sua participação na conquista de Silves, em 1189, parece assinalar uma viragem nessa tendência e a doação da Herdade de Guidimtesta por D. Sancho I, com a menção expressa de aí edificarem um castelo (de Belver) regista as preocupações régias na defesa e povoamento do território.

A responsabilidade pela edificação de um castelo no território de Amieira – cujo valor estratégico, devido à proximidade do Tejo e ao facto de se tratar de um ponto de passagem importante², é por de mais evidente – cabe, assim, ao prior da Ordem dos Hospitalários, após a transferência³, em 1356, da sede da ordem de Leça do Bailio para o mosteiro vizinho de Flor da Rosa. Da especial importância viária desta localização, vale a pena referir as Memórias Paroquiais de 1759⁴; ainda que respeitantes a meados do século XVIII, aí se referem as óptimas condições de navegabilidade das águas e a qualidade do seu porto fluvial, justificando a ausência de acidentes “[...] a milagres que faz a Rainha Sancta Izabel por ter no dito Porto passado o seu sancto corpo quando da villa de Estremos foi sepultado a Cidade de Coimbra, [...]” Tendo a

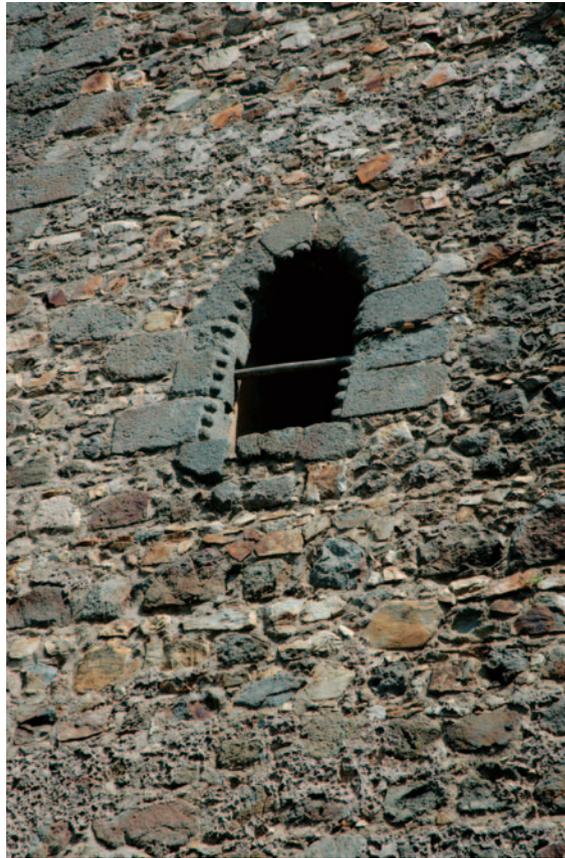
Rainha Santa morrido em 1336, a excelência deste ponto como zona de passagem e via comercial⁵ parece reportar-se, pelo menos, ao período da fundação do castelo e manteve-se, em grande parte, até final da década de 60 do século XX, altura em que a construção da barragem do Fratel provocou um forte decréscimo no movimento comercial, acentuado, nos anos 80, pela construção do IP 2.

Em 1359, o edifício encontrar-se-ia assim praticamente concluído⁶: de planta quadrangular, dotado de quatro torres nos cantos, assumindo a maior as funções de torre de menagem e simultaneamente de residência, com pátio rectangular e cisterna central e inteiramente rodeado por uma extensa barbacã⁷, constitui um dos exemplos considerados mais emblemáticos do “castelo gótico” pelo geometrismo do traçado e pela autonomia face aos condicionalismos geográficos, em oposição ao castelo românico, mais orgânico e dependente das condições naturais de defesa.

Adoptado pelo fundador como refúgio durante os seus últimos anos de vida, a capacidade defensiva do monumento não terá sido duramente posta à prova durante os períodos vindouros. Palco de alguns conflitos ao tempo da crise dinástica de 1383-1385, o Castelo de Amieira só foi verdadeiramente afectado pelo cerco de 1440, aquando da contenda entre a rainha D. Leonor – aliada de Castela – e o regente D. Pedro, que se viu obrigado a reforçar os exércitos nos pontos mais frágeis da região fronteiriça. Após estes incidentes, seguiu-se um período de acalmia; os primeiros trabalhos de reparação documentados datam do tempo de D. João II, prosseguidos no reinado seguinte, altura em que foram realizadas obras nos “muros e fortalezas da dita vila da Amieira”⁸, conforme expresso na carta de D. Manuel a Vasco Anes, vedor das obras reais, em 1515. Do período manuelino, há efectivamente testemunhos de construções adossadas no interior da estrutura fortificada, como a zona residencial edificada entre a torre de menagem e a Torre de São João Baptista, de que restam alguns arranques de abóbada, e o negativo desta cobertura no paramento da muralha, bem como a janela com conversadeiras rasgada ao nível de um primeiro piso, hoje inexistente. As sondagens arqueológicas⁹ realizadas nesta zona em 2005, no âmbito da candidatura, não foram, no entanto,

conclusivas quanto à possível configuração desta “ala”; por outro lado, na face oposta desenham-se, de forma hoje quase imperceptível, os vestígios de uma outra construção, provavelmente mais tardia, bem patente nas ilustrações de Pedro Nunes Tinoco¹⁰ e que as escavações comprovaram pela existência de um longo muro de fundação, no qual se conservava a soleira de uma porta ainda com os gonzos marcados. Quanto à probabilidade de uma campanha mais vasta de reformulação do edifício durante o período manuelino (ou anterior), que terá abrangido a totalidade do monumento, não há certezas: pela análise dos paramentos e através da aplicação dos métodos da arqueologia da arquitectura, Leo Wevers considera que muitos dos vãos das torres são posteriores, eventualmente do século XV¹¹, ou manuelinos (caso da janela da Torre dos Pandeirinhos) (Fig. 3). No entanto, a existência de vãos chanfrados já é registada no século XIV, assim como a decoração em semiesferas, sendo que, no interior das torres, os enxalços das janelas não registam quaisquer “costuras”. Por outro lado, não parece descabido pensar que um edifício tão evoluído arquitectonicamente tenha, também, adoptado as correntes estilísticas mais inovadoras, pelo que as duas hipóteses parecem sustentáveis: impõe-se o paralelismo com edifícios civis do mesmo período, nomeadamente com as construções coevas desta ordem.

A Capela de São João Baptista, erigida na face leste da barbacã em data que tem sido interpretada como 1566¹², traduz a conhecida devoção da ordem a este santo e a decadência das funções defensivas do castelo. Efectivamente, é a partir do século XVI que se regista, gradualmente, uma situação de abandono e de degradação, fruto da inactividade bélica e da falta de manutenção, situação que a documentação de 1759 expressa, quando refere que as quatro torres não têm já “sobrados nem telhados e a sala principal entre as duas primeiras torres está arruinada”¹³. Paradoxalmente, acabou por ser a polémica transferência – ocorrida após a lei de 1846 – dos enterramentos da igreja para o interior do recinto do castelo, no adro delimitado pelas quatro torres, que garantiu algum cuidado na manutenção daquele espaço. Já então o castelo estaria desafectado das habitações que o ocuparam durante largos anos, e que se encontrariam semidestruídas



3. Janela da Torre dos Pandeirinhos
IPPAR/Manuel Ribeiro

desde o século XVIII, sendo o único acesso ao recinto fortificado feito através da Capela de São João Baptista.

Nos alvares do século XX, o Castelo de Amieira, destituído das construções mais nobres que o adornavam outrora e ocupado por “*casebres de moradia, estábulos e pocilgas*”¹⁴ encontrava-se, à semelhança de muitos dos seus congéneres um pouco por todo o País, votado ao abandono – apesar da robustez das suas paredes principais, que permaneciam intactas – era utilizado como curral e abrigo de pastores e o pátio central fora transformado em cemitério. Este estado de incúria não impede que, em 10 de Novembro de 1922, seja classificado como Monumento Nacional, sendo nessa qualidade que recebe, em 1950, extensas obras de restauro da responsabilidade da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Antes, porém, em 1933, por iniciativa de um benemérito local, haviam já sido restauradas as quatro torres¹⁵. Não cabe aqui a descrição ou a interpretação dos trabalhos empreendidos, de acordo com os critérios então vigentes, pelos Monumentos Nacionais. As obras levadas a cabo tiveram uma grande componente de demolição (remoção dos jazigos e muretes do cemitério, derrube

4. Representação de um adufe.
Torre dos Pandeirinhos
IPPAR/Manuel Ribeiro



das construções que ocupavam o terreno entre a barbacã e a muralha e dos edifícios exteriores adossados à barbacã), numa clara preocupação em devolver o monumento às suas origens e à sua dignidade. E, se é verdade que a remoção pura e dura de construções consideradas espúrias, seguramente sem quaisquer preocupações de natureza arqueológica, poderá ter eliminado para sempre informações importantes, talvez hoje, ao observarmos o pátio vazio dos jazigos neogóticos e das campas que o obstruíam, possamos sentir algum alívio por essa decisão ter sido tomada num tempo em que as questões de autenticidade e reversibilidade se não colocavam. Por outro lado, a reconstrução da barbacã, mantendo embora as linhas do seu traçado, assim como a reconstituição do adarve e a execução de pisos, coberturas e escadas interiores de acesso às quatro torres constituíram certamente a parte mais “pesada” das obras executadas em 1950.

Finalmente, no início da década de 90, então tutelado pela Câmara Municipal de Nisa¹⁶, o Castelo de Amieira é candidatado a um programa de fundos comunitários (Acção de Valorização do Norte Alentejano), sendo aberto concurso para um projecto de requalificação da torre de menagem; a concretização deste projecto, tendo embora merecido a aprovação do IPPAR, revela alguns desajustamentos funcionais¹⁷, pelo que, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, foi decidido candidatar uma nova intervenção, centrada na torre de menagem e na possibilidade da sua fruição futura, mas que procurou congregar, previamente à execução da obra, os estudos e as acções possíveis para um melhor conhecimento do monumento.

Neste contexto, surgem a investigação de Pedro Cid (monografia) e de Patrícia Monteiro (análise histórica e artística da Capela de São João Baptista), o levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura, de Leo Wevers, a investigação arqueológica realizada pela equipa da *Arqueohoje* e coordenada por Heloísa Valente dos Santos, a recuperação das coberturas e a caiação da Capela de São João Baptista, da responsabilidade da firma *António Serra*, o trabalho de conservação e restauro dos esgrafitos da capela e das pinturas murais das Torres do Sanguinho e dos Pandeirinhos, executado por Ana Sofia Lopes e, *last but not least*, o novo projecto de requalificação da torre de menagem, da autoria de João Nasi Pereira¹⁸. Embora decorrentes de um outro âmbito de investigação, vale a pena referir ainda os ensaios sobre rebocos antigos da Capela de São João Baptista e a análise termográfica, executados pelo LNEC, e o Projecto CATHEDRAL (Conservação de Argamassas Tradicionais Históricas em Edifícios Religiosos do Alentejo), resultante de uma parceria entre a Direcção Regional de Évora do IPPAR, o Departamento de Química da Universidade de Évora e o LNEC, que integra diversas análises sobre rebocos antigos de quatro edifícios, onde se inclui também a Capela de São João Baptista.

Desta parceria e do diálogo constante entre os vários intervenientes no processo despontam dúvidas, entusiasmos, cumplicidades, descobertas e discussões; e muito poucas conclusões, particularmente no que toca a “certezas” quanto a aspectos construtivos do monumento. E é aqui que a análise mais atenta do edifício ou o cruzamento de vários olhares dos diferentes investigadores pode ajudar a “descodificar” um monumento cuja riqueza está longe de se limitar à sua importância estratégica e à sua complexidade arquitectónica.

A pintura mural das Torres do Sanguinho e dos Pandeirinhos – fingidos, grafitos e esgrafitos: a diversidade dos revestimentos decorativos do castelo e da Capela de São João Baptista

É este um domínio em que novas investigações se impõem face à “descoberta” recente de elementos decorativos que, até aqui, parecem ter passado despercebidos dos investigadores que se têm debruçado



sobre este monumento. Com efeito, além das referências¹⁹ à decoração em esgrafito da cobertura da Capela de São João Baptista, são praticamente inexistentes as alusões às pinturas que revestem duas das torres, sendo que, no caso da Torre do Sanguinho, os revestimentos murários se encontram semicobertos por um “filme” de cal aplicado posteriormente, dificultando a sua leitura; o mesmo não se verifica na denominada Torre dos Pandeirinhos, cuja designação deriva justamente da representação pictórica de duas figuras geométricas tradicionalmente associadas a adufes ou pandeiros (Fig. 4). Da mesma forma, também a decoração em “fingidos”²⁰, ou a ornamentação/protecção das juntas, ainda hoje patente em vários dos paramentos de alvenaria (Fig. 5) não merecem qualquer menção na bibliografia consultada; e, muito menos, os ingénuos motivos “grafitados” executados também na Torre dos Pandeirinhos e representando, em linha fina feita com um instrumento de incisão, um pássaro, um cavaleiro e uma barca, entre outros motivos de difícil interpretação e pior leitura, pelo facto de terem sido desenhados quase ao nível do (actual) pavimento e por só ser possível a sua observação em condições particulares de iluminação²¹.



5. Imitação de pedra.
Torre de São João Baptista
IPPAR/Manuel Ribeiro



6. Cavaleiro e outras figuras.
Torre do Sanguinho
IPPAR/Manuel Ribeiro

7. Figura barbada.
Torre do Sanguinho
IPPAR/Manuel Ribeiro

De toda esta decoração murária, de certa forma involgar num monumento militar, talvez porque insuficientemente estudada noutros edifícios desta tipologia ou porque destruída por intervenções posteriores²², não podemos deixar de destacar o complexo programa iconográfico, que, com excepção da face que comunica com o adarve, reveste praticamente a totalidade das paredes da Torre do Sanguinho, desde o nível do actual pavimento até à cobertura. Os trabalhos de restauro efectuados pela conservadora Ana Sofia Lopes permitiram perceber a extensão e, de alguma forma, a organização das imagens numa complexa decoração pictórica dividida em registos horizontais, com separadores em forma de barras com decoração geométrica, indiciando uma estrutura narrativa aparentemente coerente. No entanto, e apesar da intervenção realizada ter permitido o reconhecimento de uma vasta superfície decorada e a percepção, ainda que vaga, de figuras de contornos bastante definidos, mas não identificáveis, não foi possível proceder senão à remoção parcial do véu opaco que cobre as imagens, reduzindo-as à condição de sombras, que, à semelhança dos prisioneiros de Miguel



8. Capela de São João Baptista.
Esgrafitos

IPPAR/Manuel Ribeiro

Ângelo, parecem lutar para romper a sua prisão de cal. Conseguimos, no entanto, perceber – num *brainstorming* entre vários participantes em que a imaginação decerto já aguçaria o olhar – a figura, perfeitamente nítida, de um cavaleiro (a única que se podia, com luz adequada, identificar ainda antes da intervenção) (Fig. 6), um calvário (?), figuras barbadas (Fig. 7) ou jovens (?) cruces e lanças (??) e ainda, junto a um dos cachorros da cobertura, vestígios de uma inscrição, por enquanto ilegível, mas que talvez possa vir a lançar alguma luz quanto à datação deste conjunto pictórico. Na verdade, e embora os testemunhos existentes sejam de tal forma escassos que reduzem qualquer conjectura quanto à sua cronologia a um verdadeiro “tiro no escuro”, não podemos deixar de pensar que estamos perante uma pintura seguramente anterior ao século XVI; para esta hipótese convergem tanto a análise (por enquanto meramente visual) dos rebocos de acabamento do interior das torres – de grande qualidade, muito coesos e quase “estanhados”²³,

embora com colorações diferentes – a existência dos “grafitos”, que poderão ser contemporâneos da construção do castelo (a confirmar-se a analogia com os de Olivença, datados por uma inscrição feita pelo próprio artista, de 1332)²⁴ e a linguagem estilística do “cavaleiro” que aponta, pelas proporções e indumentária, para uma filiação medieval. A possibilidade de, através da fotografia por infra-vermelhos ou outros métodos não intrusivos, conseguir uma maior visibilidade das superfícies decoradas levou-nos a contactar o Departamento de Fotografia do Instituto Politécnico de Tomar, que se prontificou a efectuar, em data próxima, uma deslocação ao sítio para avaliar a possibilidade de aplicação destas técnicas.

Merece destaque o trabalho em esgrafito que reveste a totalidade da abóbada da nave da Capela de São João Baptista pela extensão e originalidade do seu programa decorativo, já que se trata da aplicação de uma técnica que mais frequentemente encontramos, no nosso país, na decoração de pequenas superfícies como frisos, vãos ou cunhais de edifícios (Fig. 8). Trata-se, de resto, de um elemento que, por essa razão, e também pela riqueza decorativa do conjunto – pese embora a ingenuidade da sua execução – tem chamado a atenção de visitantes e estudiosos²⁵. O modelo óbvio para este trabalho reside na cobertura da capela-mor da Igreja Matriz do Crato, executada segundo a mesma técnica, pela hierarquização dos temas e pelos motivos de grotescos, elementos vegetalistas e figuras híbridas, sendo que a capela da Amieira regista uma interpretação técnica e artisticamente mais pobre, aparentemente resultante da apropriação, por parte de um artista local, dos processos e elementos decorativos mais eruditos.

Conclusões

A finalizar, resta-nos a convicção de que trata de um *work in progress*, e que neste como na maioria dos monumentos portugueses há muito – quase tudo! – para conhecer, identificar e estudar. No caso específico de Amieira do Tejo, a convergência de investigadores de diversas áreas e o empenho particular e entusiástico de cada um muito concorreram para que o processo não se esgote na obra física, mas que contribua efectivamente para um conhecimento cada vez mais sedimentado e pluridisciplinar; e também porque este

envolvimento foi, entre muitos outros, partilhado pela Câmara Municipal de Nisa, muito especialmente pela sua presidente Eng.^a Gabriela Tsukamoto, pelo Sr. Rogério, presidente da Junta de Amieira do Tejo, pelo Sr. Jorge Pires da Rosa, guardião durante largos anos deste monumento e, muito particularmente, pelas duas guardas, Vera Morujo e Elsa Sequeiro que, durante três anos, se dedicaram de alma e coração ao “seu” castelo. Fica a vontade e o apelo para que a requalificação deste monumento possa, gradualmente, contribuir para inverter o quadro de envelhecimento e desertificação do concelho, atrair e fixar cada vez mais os amiei-

renses e constituir, juntamente com os programas de revitalização ambiental desenvolvidos pela câmara (que incluem, entre outras actividades, passeios pedestres, o conhecimento da avifauna, desportos de natureza), uma alternativa turística de grande valia. Será seguramente esta a via para que a velha vila de Amieira e a sua fortaleza readquiram algum do prestígio e da importância estratégica que já detiveram, no entendimento de que, então como agora, embora com diferentes premissas, a presença tutelar do castelo, a proximidade do rio e as potencialidades do sítio constituirão certamente um factor decisivo para a promoção deste território.

¹ Sobre a exacta dimensão deste território restam dúvidas, decorrentes do facto da versão original ter sido provavelmente deturpada pelo próprios monges por forma a favorecer os interesses da ordem; dela nos dá conta Mário BARROCA, na monografia elaborada em 2005 sobre o Castelo de Belver (a ser publicada brevemente pelo IPPAR), ao referir que: “[...] a Sul do rio Tejo, a doação de 1194 abarca um espaço surpreendentemente vasto, quase sugerindo uma antecipação da doação do Crato, de 1232. Por isso, não podemos deixar de colocar a possibilidade do conteúdo do diploma de 1194 ter sido adulterado, nomeadamente no que respeita aos limites geográficos.” Ou seja, segundo este investigador, a Herdade de Guidimtesta não abrangeria o território da Amieira, que só seria incluído mais tardiamente, aquando da doação do Crato por D. Sancho II, em 1232. De toda a maneira, na altura da fundação do castelo este território era definitivamente propriedade dos hospitalários.

² Até meados do século XX, a zona conhecida pela Barca da Amieira constituía a principal ligação deste território com o das Beiras, com o qual mantinha um relacionamento comercial privilegiado: “O porto de passagem na Barca de Amieira, pela ligação que faz da Beira Baixa com o Alto Alentejo e, sendo como era e ainda é um dos de maior movimento, tinha e ainda conserva uma especial importância económica, regional e local” Cf. SOUSA, Tude Martins de; e RASQUILHO, Francisco Vieira – *Amieira do Antigo Priorado do Crato*. Lisboa: INCM. 1982 (*fac-simile* da edição de 1936). Plano de Acção Local da Amieira do Tejo. Nisa. 1999 (policopiado).

³ BARROCA, Mário – Os Castelos das Ordens Militares em Portugal. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, p. 539.

⁴ Citadas por CID, Pedro – *Castelo de Amieira do Tejo. Recolha Documental e Sinopse do texto*. Évora: IPPAR. 2004 (fotocopiado), p. 90.

⁵ “Não tem esta villa Porto do mar a que cheguem embarcações de alto bordo. Porem no rio Tejo que corre destante desta Villa hum quarto de legoa há hum grandiozo Porto em que existem continuamente duas Barcas que são desta Villa e pertencem a alcaydaria Mor della, nas quais por Pervilegio antiquissimo tem os moradores da mesma a passagem Livre [...] E pello dito Rio costumão navegar desde a Cidade de Lisboa até as Entradas do Reyno de Castella algumas pequenas embarcações, como Bateis e Bateiras”. In CID, Pedro – *Ob. cit.*

⁶ BARROCA, Mário – *Ob. cit.*

⁷ Elemento inovador para a época e uma das introduções mais importantes das fortificações góticas, segundo refere João GOUVEIA MONTEIRO, que aponta o caso da Amieira como um dos primeiros onde esta estrutura terá sido adoptada. MONTEIRO, João Gouveia – *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses*. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. FERNANDES, Cristina Isabel Ferreira (coordenação.) Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela. 2002. p. 661.

⁸ Referido por SOUSA, Tude MARTINS DE; e RASQUILHO, Francisco VIEIRA – *Ob. cit.*

⁹ Pela empresa *Arqueohoje*, com a direcção técnica da Dr.^a Heloísa VALENTE DOS SANTOS; dos resultados das sondagens realizadas nos dará conta esta investigadora, noutro artigo desta revista, dedicado aos trabalhos arqueológicos levados a cabo neste monumento.

¹⁰ *Planta da Igreja de S. Tiago da vila damieira*, desenho de Pedro Nunes Tinoco, datado de 1620-1621, conservado na biblioteca do Seminário Liceal das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim

¹¹ WEVERS, Leo – *Castelo da Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*. Évora: IPPAR. 2005 (policopiado), p. 90. Neste estudo, o autor alega que, após a contenda de 1440, o castelo foi parcialmente destruído e depois reconstruído e modificado, correspondendo este período à transição entre o “puramente militar” e o “castelo-residência”. Ver igualmente artigo do mesmo autor nesta publicação.

¹² Esta data, gravada numa pequena inscrição granítica por cima do portal, foi registada por SOUSA, Tude MARTINS DE – *Ob. cit.*, e seguida por KEIL, Luís, e pelo *Boletim dos Monumentos Nacionais*, de 1961; no entanto, face à erosão da pedra, é difícil perceber os dois últimos algarismos, que poderão, ou não, ser dois nove (segundo hipótese levantada por MONTEIRO, Patrícia, num estudo policopiado integrado na monografia dedicada a este monumento a publicar em breve pelo IPPAR).

¹³ Memórias Paroquiais de 1759, constantes da *ob. cit.*

¹⁴ Castelo de Amieira. In *Boletim dos Monumentos Nacionais*. N.º 61. Setembro de 1950.

¹⁵ Aparentemente, a data de 1934, gravada na cartela de um mainel granítico da janela do piso superior da torre de menagem, será testemunho dessa intervenção.

¹⁶ Viria a ser “afecto” ao IPPAR pela lista anexa ao diploma de 1992, que regulamenta a criação do novo instituto.

¹⁷ O reconhecimento de que o projecto executado não valorizava o monumento e que as questões da segurança, das condições de visita e da

própria musealização da torre se encontram gravemente comprometidas pelas obras realizadas determinou a elaboração do novo projecto.

¹⁸ Alguns destes investigadores (Leo WEVERS, Ana Sofia LOPES, Heloísa VALENTE DOS SANTOS e João NASI PEREIRA) apresentam também, neste número, artigos sobre as respectivas áreas de actuação.

¹⁹ A título de exemplo, saliente-se a descrição de Luís KEIL, (KEIL, Luís – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. Vol. I. 1943): “o interior [da capela] tem o tecto de abóbada de berço dividida em doze caixotões, nos quais estão várias decorações a negro e branco, ao estilo do Renascimento. Estes desenhos são análogos aos que se encontram na capela da Sr.ª da Redonda, perto de Alpalhão e denotam talvez um mesmo artista que trabalhou na região no século XVI, embora as decorações desta capela sejam mais perfeitas”.

²⁰ Sobre estes temas, veja-se estudo já referido de Patrícia MONTEIRO que, embora se dedique especialmente à Capela de São João Baptista, analisa também os restantes revestimentos murários perceptíveis no edifício. A colaboração do arquitecto Pedro CID, que se encontra a finalizar a monografia sobre este monumento, foi fulcral para a percepção de muitos destes elementos, como os grafitos/inscrições, de que nunca anteriormente nos tínhamos apercebido, após dezenas de visitas ao Castelo de Amieira... É também a este investigador que se deve a “descoberta” de umas das raras publicações dedicadas a esta matéria, da autoria de Alfredo PINHEIRO MARQUES, sobre as inscrições medievais do Castelo de Olivença, que apresentam notórias semelhanças com as patentes em Amieira.

²¹ Por essa razão não foi possível, ainda, fotografá-los com as condições adequadas.

²² Tal como salienta Patrícia MONTEIRO, se as torres aparentemente menos importantes possuem decoração mural, é bem provável que a torre de menagem, a única que assumiu funções residenciais, apresentasse também revestimentos decorativos dignos de nota; se os houve, não chegou até nós qualquer vestígio, devido certamente às alterações sofridas durante as obras realizadas em 1933 e 1950. Por outro lado, o facto das torres terem permanecido, durante largos anos, sem soalhos nem coberturas, em nada terá contribuído para a conservação desses elementos.

²³ Pela sua consistência e homogeneidade, e pela sua adesão ao suporte, estes rebocos poderão ter sido aplicados de origem, ou em época pouco posterior à da construção.

²⁴ MONTEIRO, Patrícia – *Ob. cit.*

²⁵ Sobre este assunto, muito haveria que referir, sendo que, à semelhança da pintura mural, o esgrafito só recentemente começou a ser alvo da atenção por parte dos investigadores; o próprio KEIL, Luís – *Ob. cit.*, refere-se às “[...] decorações a negro e branco, ao estilo do Renascimento”. Os trabalhos de José AGUIAR (*Cor e Cidade Histórica, Estudos Cromáticos e Conservação do património*. Porto: FAUP. 2002, entre outros) e, mais recentemente, de Sofia SALEMA (Dissertação de Mestrado sobre o tema *As superfícies arquitectónicas de Évora. O esgrafito: contributos para a sua salvaguarda*. Universidade de Évora. 2005, constituem por isso um *apport* fundamental a esta temática.

Bibliografia

- BARROCA, Mário Jorge – *O Castelo de Belver – A arquitectura militar dos Hospitalários portugueses nos finais do Século XII*. Porto (fotocopiado). 2005.
- BARROCA, Mário Jorge – Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV). In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. (Coordenação por FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira). Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela. 2002, p. 539.
- BARROCA, Mário Jorge, e COSTA, Paula PINTO – A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional sobre Castelos. Palmela (no prelo). 2006
- BOTTO, Margarida DONAS – *Castelo de Amieira do Tejo*. Guia. Lisboa: IPPAR. 2001.
- BUCHO, Domingos; GORDALINA, Rosário – *Castelo de Amieira do Tejo*. Ficha IPA n.º 12.12.02/003. In www.monumentos.pt. 1992-1998.
- CID, Pedro – *Castelo de Amieira do Tejo. Recolha Documental e Sinopse do texto*. Évora: IPPAR (policopiado). 2004.
- CID, Pedro – *As fortificações Medievais de Castelo de Vide*. Lisboa: IPPAR. 2005.
- DGEMN – Castelo de Amieira do Tejo. In *Boletim dos Monumentos Nacionais*. N.º 61. Setembro de 1950.
- KEIL, Luís – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. Vol. I. 1943.
- DORES, Maria Helena MIRE (coordenação) – *Plano de Acção Local – Amieira do Tejo*. Câmara Municipal de Nisa. 1999.
- MARQUES, Alfredo PINHEIRO – *Inscrições Medievais no Castelo de Olivença. Montemor-o-Velho – Coimbra – Olivença*. Centro de Estudos do Mar. 2000.
- MONTEIRO, João Gouveia – Reformas Góticas nos Castelos Portugueses. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. FERNANDES, Cristina Isabel Ferreira (coordenação). Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela. 2002. p. 661.
- MONTEIRO, Patrícia – *A Capela de S. João Baptista do Castelo de Amieira do Tejo. Análise Histórica e Artística*. Évora: IPPAR (policopiado). 2004.
- SOUSA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira – *Amieira do Antigo Priorado do Crato (subsídios para uma monografia)*. s.l. INCM. *Facsimile* da edição de 1936, 1982.
- WEVER, Leo – *Castelo da Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*. Évora: IPPAR (policopiado). 2005.